

TODO MUNDO VAI À FEIRA

Entre legais e ilegais, são 14 — de nordestinos, goianos, ambulantes, artesãos, de importados e do rolo

Valesca Riviéri
Da equipe do Correio

Na construção da capital federal, Maria de Fátima Costa, 43 anos, teve papel importante. Como muitos dos atuais feirantes, ela não ajudou a erguer os monumentos projetados por Oscar Niemeyer, mas foi mascates nas construções. “Sapatos, camisas e calças jeans masculinas vendiam bastante”, recorda Maria. Hoje, Ceilândia é conhecida como cidade das feiras. Não é por menos: entre legais e ilegais, a cidade reúne em pontos centrais 14 feiras. Junto

com a remoção dos moradores das Vilas do Iapi, Tenório e da Esperança vieram as feiras que existiam nesses locais.

Feira do P Sul, do P Norte, do Setor O, de Guarapari na via Leste, do Povo, do Tático são algumas das variações. No centro de Ceilândia, a Feira Permanente é a única regularizada, mas

concorre com as feiras do Ambulante, Paraguai e Artesão que ocupam a calçadas em frente ao centro de múltiplas funções Quarentão. A que mais incomoda todos os feirantes do centro, legais ou não, é a feira dos Goianos. Antes do sol nascer nas sextas-feiras, o centro de Ceilândia já está movimentado pela feira clandestina. O burburinho começa às 4 da manhã, quando mais de 15 carros vindos de Goiânia estacionam no centro para vender roupas no atacado. Como a feira termina às 7h, as bancas são improvisadas no portas-mala ou nas carrocerias das caminhonetes.

O chefe de gabinete da Administração Regional, Ailton Passos Jardim, arrisca uma explicação para o comércio popular. “A maior parte da

população é oriunda do Nordeste e a feira faz parte da cultura dos nordestinos”, acredita.

Realidade ou não, Maria comprova a tese de Ailton. Filha de agricultores, a potiguar de Mossoró trabalha em feiras desde os 8 anos de idade. “Meus pais trabalhavam na roça e eu morava na cidade. Para poder estudar eu tinha que fazer bico vendendo verdura”, afirma.

Mãe de quatro filhos, a potiguar não quer que eles trabalhem atrás de uma banca. “É uma vida muito sofrida. Se tivesse bom estudo não trabalharia em feira”, alega. Com os 35

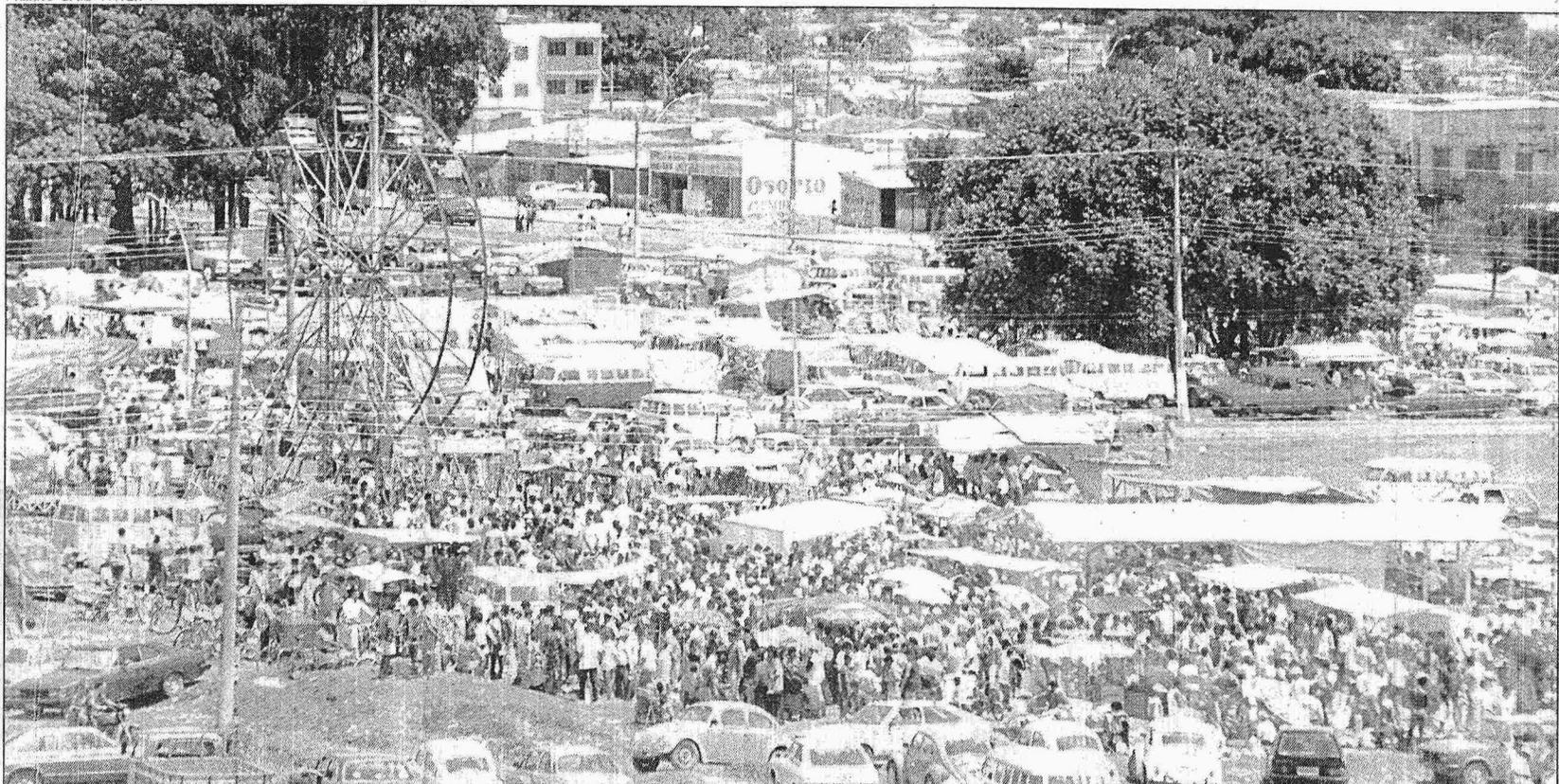
anos de experiência no comércio popular, Maria conseguiu comprar oito casas. Com a crise, ela vendeu sete para reinvestir no negócio. “Hoje só tenho a casa que moro. O comércio dá e tira”, opina.

A feira mais nômade da cidade é a Feira do Povo, antiga Feira do Rolo. Sempre em locais

incertos, a feira já funcionou no Quarentão, na Praça dos Eucaliptos e agora está na Via Leste. Mesmo sendo antiga, a falta de credibilidade dos produtos vendidos não facilita a legalização. Atualmente 420 feirantes se reúnem aos domingos para vender de tudo imaginável: de uma chave-de-fenda a peças de motores.

Tranquilo, o funcionário do Sistema de Limpeza Urbana (SLU), Albelino Antônio Luis, 61 anos, vende um produto bem atípico: plantas. O comércio de samambaias, avencas e lírios contrasta com a confusão de adolescentes que vendem a preços mínimos eletrodomésticos, tocafitas e bicicletas roubadas. “Vendo essas plantas só para entreter, passar o tempo. Em casa é muito difícil pas-

Adauto Cruz 19.12.94



É nas feiras que Ceilândia mais se parece com o Nordeste. Elas sobrevivem às crises, crescem com o desemprego e suportam a ilegalidade dos produtos suspeitos

sar o dia”, justifica. A diversão rende alguns trocados para o morador da Guariroba.

Muitos feirantes já na terceira ida-de, como Albelino, encontraram na Feira do Povo um espaço para complementar a renda familiar. A feira também abriga os excluídos do mercados de trabalho por motivos de doença ou por falta de qualificação.

Para ajudar a sustentar cinco netas, Maria da Conceição, 75 anos, vende roupas usadas doadas por instituições ou arrematadas em pontas de estoque. “Na Praça dos Eucaliptos era dez vezes melhor — vendia muito mais. Aqui tem dia que não vendo nada”, queixa-se.

A feira é a primeira oportunidade de trabalho da paraplégica Maria Aparecida Nogueira, 24 anos. Há três meses, ela decidiu vender refrigerante e cerveja na feira depois de prestar vários concursos e tentar emprego como cobradora de ônibus. Satisfeita, a moça que nunca teve renda pró-

pria agora ganha semanalmente entre R\$ 60 a R\$ 80. “No meu caso é mais difícil ir para outra feira porque corro o risco de ser retirada”, alega a feirante que se locomove com ajuda de uma cadeira de rodas.

Na tentativa de um dia conseguir espaço para trabalhar legalmente, os feirantes fundaram uma associação. “Todo mundo quer sair da clandestinidade. Por que a Administração não quer nos cadastrar?”, questiona o presidente da feira, Ivaldo Pereira da Silva, 43 anos. Ele admite que a feira tem muito produto roubado. “Não tenho como impedir que os malandros venham para cá”, afirma. Ele se queixa que a feira não tem segurança e infra-estrutura.

As únicas feiras que estão em processo de legalização são a do Artesão e Camelô. “Estamos negociando a remoção dessas feiras para o espaço entre o Supermercado Tático e o atacado Santa Terezinha”, afirma o chefe de gabinete.